

# SUMÁRIO

## Capítulo I

<b>ENSAIO SOBRE AS AÇÕES PSEUDOCOLETIVAS E PSEUDOINDIVIDUAIS E A DEFESA DE UM SISTEMA DE DIREITO PROCESSUAL COLETIVO.....</b>	<b>17</b>
<i>Agatha Gonçalves Santana</i>	

Introdução.....	18
1. A diferenciação de institutos jurídicos e a técnica processual.....	21
2. A evolução do processo individual ao processo coletivo:	
Em defesa de um sistema processual coletivo.....	23
3. As ações individuais, coletivas, pseudocoletivas e pseudoindividuais.....	25
3.1. Ações Individuais.....	26
3.2. Ações Coletivas.....	26
3.2.1. Distinção entre ação coletiva e litisconsórcio.....	27
3.3. Ações pseudocoletivas.....	28
4. Ações pseudo individuais.....	30
Considerações finais.....	32
Referências.....	33

## Capítulo II

<b>DESPOLARIZAÇÃO DO PROCESSO E “ZONAS DE INTERESSE”: SOBRE A MIGRAÇÃO ENTRE PÓLOS DA DEMANDA .....</b>	<b>35</b>
<i>Antônio do Passo Cabral</i>	

1. O problema: é possível migrar de um pólo para outro da demanda?	
O art.6º §3º da lei da ação popular.....	35
2. A legitimidade ontem e hoje: da legitimidade <i>ad causam</i>	
à legitimidade <i>ad actum</i> .....	38
3. Despolarização da demanda.....	42
4. Interesse de agir ontem e hoje: do interesse-necessidade às zonas de interesse.....	45
4.1. Interesse: necessidade, adequação ou utilidade?.....	46
4.2. De adversários a co-jogadores: soluções cooperativas,	
requerimentos conjuntos, interesses simultaneamente	
contrapostos e comuns, sujeitos imparciais.....	49
4.2.1. Interesses dinamicamente cambiantes:	
soluções cooperativas e requerimentos conjuntos.....	49
4.2.2. Interesses simultaneamente contrapostos	
e comuns no mesmo pólo. ....	50
4.2.2.1. Hipóteses de litisconsórcio e intervenção de terceiros.	
Litisconsórcio necessário no pólo ativo. ....	51
4.2.2.2. Ações coletivas e as dissidências internas. ....	53
4.2.2.3. Procedimentos concursais.....	54
4.2.3. O “interesse jurídico” dos intervenientes e os sujeitos “desinteressados”.	
A atuação imparcial com base no interesse público. ....	55
4.3. Os problemas da teoria tradicional sobre o interesse de agir.....	58

4.4. Zonas de interesse.....	63
5. Sugestões para o desenvolvimento do tema.....	68
5.1. Pressupostos para a migração entre pólos e a atuação despolarizada. Migrações sucessivas e migrações pendulares. Revogabilidade de atos processuais e admissibilidade.....	69
5.2. Encargos de sucumbência. Remessa necessária. Impossibilidade de migração.....	70
6. Breve conclusão.....	71
7. Bibliografia.....	72

### Capítulo III

#### ALGUNS PONTOS SENSÍVEIS DA TUTELA JURISDICCIONAL COLETIVA BRASILEIRA. LEGITIMIDADE ATIVA E COISA JULGADA. BREVE COMPARAÇÃO COM AS *CLASS ACTIONS*.....

<i>Bruno Freire e Silva</i>	81
<i>Clausner Donizeti Duz</i>	
<i>Sergio Franco de Lima Filho</i>	

Introdução.....	81
1. Considerações gerais sobre as <i>class actions</i> .....	82
1.1. Origem.....	82
1.2. A atual configuração da rule 23 das federal rules of civil procedures.....	85
1.3. Cabimento das <i>class actions</i> norte-americanas.....	90
2. Legitimidade para a propositura das <i>class actions</i> : comparação com o sistema de tutela coletiva brasileiro.....	90
3. Da coisa julgada nas <i>class actions</i> : comparação com o sistema de tutela coletiva brasileira.....	103
3.1. Generalidades da coisa julgada brasileira no processo individual e no coletivo.....	103
3.2. Coisa Julgada ou <i>binding effect</i> nas <i>class actions</i> : especificidades do direito norte americano.....	108
3.3. Comparação com os limites subjetivos da eficácia da coisa julgada brasileira nos direitos ou interesses difusos.....	110
3.4. Comparação com os limites subjetivos da eficácia da coisa julgada brasileira nos direitos ou interesses coletivos.....	113
3.5. Comparação com os limites subjetivos da eficácia da coisa julgada brasileira nos direitos individuais homogêneos.....	114
3.6. Transporte <i>in utilibus</i> da coisa julgada coletiva brasileira.....	117
Conclusão.....	119
Referências bibliográficas.....	121

### Capítulo IV

#### A DEFESA DA TUTELA COLETIVA E OS ASPECTOS PROCEDIMENTAIS DO PEDIDO DE SUSPENSÃO DA SEGURANÇA, LIMINAR E TUTELA.....

<i>Bruno Regis Bandeira Ferreira Macedo</i>	127
1. Introdução.....	128
2. O interesse público como objetivo do Estado.....	129
3. A fazenda pública no processo judicial.....	131

## SUMÁRIO

4. Aspectos gerais do procedimento do pedido de Suspensão de Segurança, liminar e sentença.....	133
4.1. Da Violação dos Princípios Processuais.....	134
4.1.1. Do juiz natural.....	135
4.1.2. Da igualdade processual.....	137
4.2. A legitimidade do pedido de suspensão.....	139
4.3. Dos requisitos do pedido de suspensão.....	141
4.4. O conflito entre interesses: público x público.....	143
Considerações finais.....	146
Bibliografia.....	147

### Capítulo V

<b>O ACESSO COLETIVO À JUSTIÇA NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS.....</b>	<b>149</b>
<i>Carlos Henrique Bezerra Leite</i>	

Introdução.....	149
1. O acesso à justiça no estado liberal.....	149
2. O acesso à justiça no estado social.....	150
3. A crise do estado social.....	152
4. O acesso à justiça no estado democrático de direito.....	153
5. Pela formação de uma nova mentalidade.....	156
Conclusão.....	158

### Capítulo VI

<b>LEGITIMIDADE E REPRESENTATIVIDADE NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA: POR UM CONTROLE OPE JUDICIS AMPARADO EM PARÂMETROS CONSTITUCIONAIS.....</b>	<b>159</b>
<i>Clarissa Diniz Guedes</i>	

Considerações introdutórias.....	159
1. Legitimidade coletiva, conflituosidade de direitos, representatividade e princípios constitucionais.....	161
2. É taxativa a previsão contida na legislação infraconstitucional?.....	166
3. Princípios Constitucionais e Controle Jurisdicional Concreto da Representatividade Adequada na Ação Civil Pública.....	172
3.1. Do controle jurisdicional da representatividade adequada na ação civil pública.....	172
3.1.1. Insuficiência do controle <i>ope legis</i> da representatividade adequada.....	174
3.2. Da necessidade do controle <i>ope iudicis</i> da representatividade adequada e dos princípios constitucionais como parâmetros normativos.....	177
3.3. Tendências recentes do controle <i>ope iudicis</i> da representatividade adequada.....	183
3.3.1. O controle <i>ope iudicis</i> da representatividade adequada e a iniciativa publicista.....	184
3.3.2. O controle da adequação da representatividade das associações civis.....	192
4. Perspectivas para o controle da representatividade adequada.....	196

**Capítulo VII****EFICÁCIA TERRITORIAL EM FACE DA UNIÃO**

<b>NO PROJETO DE LEI Nº 5.239/2009.....</b>	<b>201</b>
---	------------

*Diogo Palau Flores dos Santos*

1. Introdução.....	201
2. Coisa julgada e competência.....	205
3. Delimitando a competência cível da Justiça Federal na Constituição da República.....	207
4. A coisa julgada coletiva em face da União.....	210
5. Referências.....	223

**Capítulo VIII****AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE .....**

227

*Eduardo Arruda Alvim*

1. Algumas considerações introdutórias ao tema .....	227
2. Generalidades a respeito da ação direta de inconstitucionalidade .....	232
2.1. Ação direta de inconstitucionalidade e legitimação ativa .....	238
2.2. Ação direta de inconstitucionalidade e competência .....	240
2.3. Procedimento da ação direta de inconstitucionalidade .....	242
2.4. Medida cautelar na ação direta de inconstitucionalidade.....	244
2.4.1. Requisitos para a concessão das liminares .....	249
2.4.2. Natureza das liminares proferidas em ADIN.....	252
2.4.3. Descumprimento da liminar – cabimento de reclamação .....	253
2.4.4. Efeitos das liminares.....	254
2.5. Caráter dúplice .....	256
3. Ação direta de inconstitucionalidade e reclamação .....	258
3.1. Reclamação – aspectos relevantes .....	258
3.2. Elementos da reclamação contra decisão que tenha desrespeitado pronunciamento do STF proferido em sede de ação direta de inconstitucionalidade.....	262
3.3. A reclamação contra decisão judicial e a coisa julgada no processo subjacente.....	264
4. Bibliografia.....	267

**Capítulo IX****AÇÃO RESCISÓRIA EM MATÉRIA DE DIREITOS COLETIVOS.....**

271

*Fabiano Carvalho***Capítulo X****A CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL**

<b>AO MEIO AMBIENTE EQUILIBRADO E A AÇÃO POPULAR AMBIENTAL .....</b>	<b>277</b>
--	------------

*Flávia Moreira Guimarães Pessoa*

1. Introdução.....	277
2. Direito fundamental ao meio ambiente equilibrado .....	277
3. Controle judicial de políticas públicas: obstáculos e superações.....	280
4. A ação popular ambiental: aspectos processuais .....	286



## SUMÁRIO

5. Efetivação judicial de políticas públicas ambientais através da ação popular ambiental.....	289
6. Considerações finais.....	291
7. Referências bibliográficas .....	291

### Capítulo XI

<b>RELAÇÕES ENTRE O PROCESSO COLETIVO E O PROCESSO INDIVIDUAL.....</b>	<b>293</b>
--	------------

***Fredie Didier Jr.***

***Hermes Zaneti Jr.***

1. Considerações introdutórias.....	293
2. A ação coletiva não induz litispendência para a ação individual .....	294
3. O pedido de suspensão do processo individual. A ciência inequívoca da existência do processo coletivo e o ônus do demandado de informar o autor individual .....	295
4. A “ <i>desistência</i> ” do mandado de segurança individual em razão da pendência do mandado de segurança coletivo. Art. 22, § 1º, da Lei n. 12.016/2009. Possível inconstitucionalidade. Apelo ao microsistema.....	297
5. Há continência entre ação coletiva e ação individual? .....	298
6. O direito à auto-exclusão ( <i>right to opt out</i> ) no microsistema brasileiro de tutela coletiva .....	299
7. Possibilidade de suspensão do processo individual <i>independentemente</i> de requerimento da parte. O julgamento do REsp. n. 1.110.549/RS (recurso especial repetitivo).....	301
8. Conexão por afinidade entre causas repetitivas e ações coletivas. Necessidade de julgamento do processo de maior amplitude como paradigma. O equívoco no julgamento do REsp. n. 911.802/RS (recurso especial repetitivo).....	304
9. Comunicação da existência de processos repetitivos ou outro fato que possa dar ensejo ao ajuizamento de ação coletiva (art. 7º da LACP) .....	307

### Capítulo XII

#### O PROCESSO COLETIVO E O FORMALISMO-VALORATIVO

<b>COMO NOVA FASE METODOLÓGICA DO PROCESSO CIVIL .....</b>	<b>309</b>
--	------------

***Hermes Zaneti Júnior***

***Camilla de Magalhães Gomes***

Introdução.....	310
1. Fixando premissas – a conformação constitucional do processo.....	312
2. Quadro geral das diferenças entre as fases metodológica do processo: instrumentalismo e formalismo-valorativo.....	315
3. Princípios do processo coletivo na perspectiva do formalismo-valorativo.....	317
3.1. Primazia da tutela coletiva adequada.....	318
3.2. Princípio da participação pelo processo coletivo e no processo coletivo.....	319
3.2.1. Generalidades.....	319
3.2.2. Contraditório.....	320
3.2.3. Boa-fé e cooperação das partes e de seus procuradores (Kooperationmaxime) .....	320
3.2.4. Cooperação dos órgãos públicos na produção da prova .....	321
3.4. Princípio do ativismo judicial .....	321

Considerações finais .....	323
Referências bibliográficas .....	323

### Capítulo XIII

#### COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA: ATUALIDADES

E PERSPECTIVAS DE ACORDO COM O PROJETO DO NOVO CPC .....	327
--	-----

*Humberto Dalla Bernardina de Pinho*

*Trícia Navarro Xavier Cabral*

1. Conceito e classificação .....	328
2. Características e requisitos de validade .....	328
3. Natureza Jurídica .....	330
4. Concessões no bojo do termo de ajustamento e vedações à sua fixação .....	332
5. A redação do artigo 17, parágrafo 1º da Lei nº 8.429/92 e o posicionamento doutrinário .....	333
6. Reflexões sobre o extinto Projeto da Lei da Ação Civil Pública .....	336
7. Possíveis impactos com o Projeto do novo Código de Processo Civil .....	342
7.1. Diretrizes do novo CPC .....	345
7.2. Poderes do juiz no novo CPC .....	345
7.3. Conciliação e mediação no âmbito dos direitos transindividuais .....	349
7.4. Princípio da adaptação e mutabilidade do ajustamento de conduta .....	352
8. Perspectivas e Expectativas .....	359
9. Referências bibliográficas .....	361

### Capítulo XIV

#### A LEGITIMAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA AS AÇÕES

#### DE DESAPROPRIAÇÃO JUDICIAL: O ACESSO À JUSTIÇA

COMO UMA QUESTÃO FUNDAMENTAL DE CIDADANIA .....	365
---	-----

*Inacio de Carvalho Neto*

1. Intróito .....	365
2. Desapropriação Judicial .....	366
3. O Ministério Público .....	367
4. Interesses Metaindividuais .....	369
4.1. Conceito de Interesse .....	369
4.2. Classificação .....	373
4.3. Questão Terminológica .....	374
4.4. Meios de Defesa .....	377
4.5. Legitimação Ordinária ou Extraordinária .....	378
5. Legitimação para a Ação de Desapropriação Judicial .....	381
6. Referências .....	382

### Capítulo XV

#### EXISTE UM SISTEMA PROCESSUAL COLETIVO?

UMA REFLEXÃO A PARTIR DA TEORIA DO DIREITO .....	385
--	-----

*Jean Carlos Dias*

1. Apresentação do problema .....	385
2. As Hermenêuticas Predominantes na Atualidade .....	386
3. É possível sustentar a existência de um sistema processual coletivo no Brasil? .....	391

## SUMÁRIO

4. É possível sustentar a existência de um sistema processual coletivo no Brasil – II?.....	394
5. Conclusões.....	396

### Capítulo XVI

<b>AÇÃO POPULAR: SISTEMA LEGAL E LEGITIMAÇÃO ATIVA.....</b>	<b>397</b>
---	------------

*José Ailton Garcia*

Introdução.....	397
1. Ação popular .....	398
1.1. Consagração legislativa e notícia histórica .....	398
1.1.1. Ordenações Filipinas .....	398
1.1.2. Constituição Imperial .....	399
1.1.3. Constituições Republicanas .....	399
1.1.4. Ordenamento legal .....	402
1.1.5. Código de Defesa do Consumidor .....	403
1.2. Conceituação .....	404
2. Tutela jurisdicional coletiva .....	406
2.1. Legitimados ativos na tutela jurisdicional coletiva .....	407
2.2. O cidadão na tutela jurisdicional coletiva .....	407
2.3. Significado de <i>cidadão</i> .....	409
2.3.1. Acepção jurídica da palavra <i>cidadão</i> .....	409
2.3.2. O cidadão na Lei da Ação Popular .....	409
2.3.3. O cidadão na Constituição de 1988 .....	410
2.3.4. Direitos de cidadania .....	411
2.3.5. Posicionamento doutrinário acerca do cidadão .....	411
Conclusões .....	415
Bibliografia .....	416

### Capítulo XVII

#### O ENTE PÚBLICO NA AÇÃO DE IMPROBIDADE

<b>ADMINISTRATIVA: INTERVENÇÃO VARIÁVEL.....</b>	<b>423</b>
--	------------

*José Henrique Mouta Araújo*

1. Considerações preliminares.....	423
2. Parte e terceiro – conceitos importantes.....	423
3. Parte autora na Ação de Improbidade.....	427
4. Réus na Ação de Improbidade .....	429
5. Possibilidade de abstenção.....	431

### Capítulo XVIII

<b>A RECONVENÇÃO NO CONTEXTO DOS PROCESSOS COLETIVOS.....</b>	<b>433</b>
---	------------

*Luis Guilherme Aidar Bondioli*

1. Apresentação.....	433
2. Características gerais do processo coletivo e compatibilidade com a reconvenção.....	436
3. A falta de regulamentação legal específica não obsta a reconvenção nos processos coletivos .....	437
4. Considerações finais.....	441
Bibliografia .....	441

**Capítulo XIX**

<b>O CONTROLE JUDICIAL DA ADEQUAÇÃO DO AUTOR COLETIVO NO DIREITO BRASILEIRO E OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS .....</b>	<b>445</b>
---	------------

*Marcelo Cunha Holanda*

**Capítulo XX**

<b>DERROGAÇÃO DO ART. 20, CAPUT, DA LEI Nº 8.429/92 PELA LEI DA FICHA LIMPA (LC Nº 135/2010) E EFETIVIDADE DOS PROCESSOS QUE TRATAM DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA .....</b>	<b>463</b>
--	------------

*Marcelo Zenkner*

<b>Conclusões .....</b>	<b>475</b>
-------------------------	------------

**Capítulo XXI**

<b>LEGITIMIDADE ATIVA NAS AÇÕES COLETIVAS: ADEQUAÇÃO AXIOLÓGICA AO ATUAL MODELO DE DIREITO COLETIVO .....</b>	<b>477</b>
---	------------

*Márcia Vitor de M. e Guerra*

1. Introdução .....	477
2. A insuficiência do modelo do CPC e a necessidade de reformulação de antigos conceitos à luz do processo coletivo.....	478
3. Representação adequada: origem do instituto.....	484
4. Representação adequada: aplicabilidade no direito nacional .....	485
5. Elementos da adequada representação.....	494
5.1. Vigorosa tutela pelo representante e pelo advogado .....	494
5.2. Ausência de conflito entre representante e grupo e entre grupo e advogado. ....	496
6. Considerações finais.....	498
Referências bibliográficas .....	499

**Capítulo XXII**

<b>EXECUÇÃO FORÇADA E PROCESSO COLETIVO .....</b>	<b>503</b>
---	------------

*Maurício Giannico*

1. Considerações iniciais sobre o tema da tutela coletiva.....	503
2. Execução nas ações coletivas.....	506
3. Execução de obrigações de fazer e não fazer.....	507
4. Execuções pecuniárias nas ações versando interesses difusos ou coletivos.....	508
5. Execuções pecuniárias nas ações versando interesses individuais homogêneos .....	511
6. Bibliografia.....	513

**Capítulo XXIII**

<b>A LEGITIMIDADE DOS PARTIDOS POLÍTICOS NA IMPETRAÇÃO DO MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO – ANÁLISE DO ART. 21, DA LEI 12.016/09.....</b>	<b>515</b>
---	------------

*Michel Ferro e Silva*

*Camila Maia Migliano*

<b>Introdução.....</b>	<b>515</b>
1. Do relevante papel dos partidos políticos no Regime Democrático.....	516



## SUMÁRIO

2. A legitimidade ativa dos partidos políticos para impetração do mandado de segurança coletivo .....	518
3. Especificamente a primeira parte do <i>caput</i> do art. 21, da nova Lei do Mandado de Segurança .....	521
4. Quais direitos podem ser tutelados pelo partido político no mandado de segurança coletivo? .....	525
5. Conclusão.....	528
6. Bibliografia.....	529

### Capítulo XXIV

<b>A REPRESENTATIVIDADE ADEQUADA/PERTINÊNCIA TEMÁTICA NO DIREITO PROCESSUAL COLETIVO –ANÁLISE SISTEMÁTICA .....</b>	<b>533</b>
---	------------

*Mirna Cianci*

*Rita Quartieri*

### Capítulo XXV

<b>A EXTENSÃO DO DANO COMO CRITÉRIO IDENTIFICADOR DA COMPETÊNCIA NAS AÇÕES COLETIVAS.....</b>	<b>547</b>
---	------------

*Nilton Luiz de Freitas Baziloni*

Introdução.....	547
1. Jurisdição e competência .....	549
2. Em busca da justiça competente - critérios adotados .....	552
3. A ação civil pública e a competência – desenvolvimento histórico .....	555
4. A lei de ação civil pública .....	557
5. Identificando o foro competente nas ações coletivas .....	558
6. Local do dano .....	559
7. Foro do lugar do dano.....	560
8. O dano local .....	562
9. Dano regional .....	563
10. A competência do distrito federal .....	567
11. O dano nacional.....	567
12. Dano nacional-casos concretos .....	570
13. Pedido com caráter difuso.....	571
14. O estado das pessoas e sua incidibilidade .....	572
15. Ineficácia da limitação territorial da decisão .....	574
16. Conclusão.....	575
17. Bibliografia.....	575

### Capítulo XXVI

<b>ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A COISA JULGADA COLETIVA .....</b>	<b>579</b>
---	------------

*Paulo Rogério de Oliveira*

1. Introdução.....	579
2. Conceito .....	580
3. Natureza Jurídica.....	581
4. Justificativa Para Coisa Julgada.....	582
5. Coisa Julgada Formal .....	582

6. Coisa Julgada Material .....	584
7. Preclusão .....	585
8. Coisa Julgada e a Projeção Para o Futuro .....	586
9. Julgamento Total ou Parcial da Lide .....	587
10. Coisa Julgada x Coisa Julgada .....	588
11. Limites Objetivos .....	588
12. Limites Subjetivos .....	590
13. Fundamentos .....	592
14. Verdades dos Fatos .....	592
15. Questão Prejudicial .....	593
16. Obrigações Continuadas .....	593
17. Ações de Estado .....	594
18. Decisões Não Acobertadas Pela Coisa Julgada .....	594
19. Coisa Julgada Coletiva .....	595
20. Direitos Difusos / Coletivos / Individuais Homogêneos .....	596
21. Coisa Julgada Erga Omnes .....	597
22. Coisa Julgada Ultra Partes .....	599
23. Coisa Julgada e o Surgimento de Nova Prova .....	600
24. Ação Popular .....	601
25. Ação Civil Pública .....	601
26. Coisa Julgada no Mandado de Segurança Coletivo .....	603
27. Relativização da Coisa Julgada .....	604
28. Coisa Julgada Inconstitucional .....	604
29. Conclusão .....	605
30. Referências Bibliográficas .....	606

## Capítulo XXVII

<b>A INTERVENÇÃO MÓVEL DA PESSOA JURÍDICA NA AÇÃO POPULAR E AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (ARTIGOS 6º, § 3º DA LAP E 17, § 3º DA LIA) .....</b>	<b>609</b>
--	------------

**Rodrigo Mazzei**

1. Do objeto do estudo .....	609
2. Da necessidade de uma nova visão quanto ao direito processual civil coletivo .....	610
3. Da jurisprudência e entendimento do STJ .....	613
4. Da <i>mobilidade</i> prevista no artigo 6º, § 3º, da LAP .....	617
5. Impossibilidade do uso dos conceitos ordinários de <i>litisconsórcio necessário</i> ou <i>facultativo</i> criados em ações individuais .....	619
5.1. Litisconsórcio facultativo (?) .....	620
5.2. Litisconsórcio necessário (?) .....	626
5.3. Da expressão usada: <i>intervenção móvel</i> .....	628
6. <i>Cientificação</i> obrigatória com possibilidade de ' <i>intervenção móvel</i> ': adequação do conceito de citação dos artigos 213 e 297 do CPC para aplicação do artigo 6º, § 3º, da LAP .....	629
7. Da <i>intervenção móvel</i> ( <i>retratibilidade</i> ) .....	631
8. A desistência da ação (artigo 9º da LAP): possibilidade de continuação pela pessoa jurídica. ....	634
9. Bibliografia .....	636

**Capítulo XXVIII**

**A ATIVIDADE DO JUIZ NA CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À TUTELA JURISDICIONAL COLETIVA – A MUDANÇA DE PARADIGMA NO PROJETO BRASILEIRO DE DIREITOS COLETIVOS (PL N. 5.139/09)**

**Rosalina Moitta Pinto da Costa** ..... 643

1. Introdução .....	644
2. Da expansividade e da eficácia vertical dos direitos fundamentais .....	645
2.1. Da fundamentalidade formal e material .....	645
2.2. Da dimensão subjetiva e objetiva dos direitos fundamentais .....	647
3. Da tutela jurisdicional coletiva como um direito fundamental e da atividade do julgador na realização de um processo justo .....	648
4. Do papel do julgador na concretização do direito fundamental à tutela jurisdicional coletiva - a superação do modelo processual rígido no pl n. 5.139/09, No que tange à atividade do juiz .....	652
5. Conclusão .....	661
6. Referências bibliográficas .....	663

**Capítulo XXIX**

**ASPECTOS PROCESSUAIS DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA** ..... 667

**Tiago Figueiredo Gonçalves**

1. Introdução .....	667
2. Notificação do requerido. Manifestação prévia. Prerrogativa na oitiva de autoridades. Especialidade do procedimento .....	668
3. O dever de fundamentar a decisão de recebimento e a decisão de extinção liminar do processo .....	676
4. Competência .....	680
5. Referências .....	684

**Capítulo XXX**

**LEGITIMIDADE DA AÇÃO POPULAR À LUZ DA TEORIA CRÍTICA DO DIREITO** ..... 687

**Victor de Almeida Conselvan**

**Eduardo Cambi**

Introdução .....	687
1. A Ação do Povo .....	687
2. Legitimidade ativa <i>ad causam</i> da ação popular constitucional .....	688
3. Cidadania-Cidadão Eleitor, Capacidade Processual e Condição Postulatória .....	690
4. Lesividade e Ilegalidade .....	692
5. Honorários advocatícios .....	693
6. A Legitimidade na Ação Popular pela Teoria Crítica do Direito .....	694
Conclusão .....	698
Referências Bibliográficas .....	698